

As relações de exportações e importações das commodities brasileiras no período de 2001 a 2015

Ana Clara Fernandes Correia¹
Anna Paula Santos Paiva²
Luciana Maria Costa Cordeiro³

Resumo: A participação de produtos básicos na pauta comercial brasileira tem apresentado crescimento a partir dos anos 2000, o que influi na estrutura produtiva do país. No entanto, deve-se ressaltar que esses produtos estão sujeitos ao cenário do comércio exterior, logo, este artigo tem como principal objetivo analisar a participação das commodities nas exportações e importações brasileiras durante o período de 2001 a 2015. Com a finalidade de apresentar teorias a respeito do comércio internacional, foi aplicada a pesquisa bibliográfica e a de análise de indicadores baseados em dados secundários. Os dados das variáveis importações, exportações e PIB foram levantados dos sites *Trade Map* e *World Bank*. Dando-se ênfase a análise dos índices de vantagem comparativa revelada e do grau de abertura comercial para os dados pesquisados. Os resultados mostraram que o Brasil possui vantagem comparativa nos modelos de commodities agrícolas e minerais, além de evidenciar uma elevada participação desses produtos nas exportações da economia brasileira. Entretanto, constata-se, ainda, um baixo grau de abertura comercial do país, no período.

Palavras-chave: Commodities; Exportação; Importação.

Classificação J.E.L: F19

The relationship of exports and imports of Brazilian commodities during the period from 2001 to 2015

Abstract: The participation of basic products in the Brazilian trade agenda has shown growth since the 2000s, which influences the productive structure of the country. However, it should be stressed that these are items that are subject to the foreign trade scenario, so this article has as main objective to analyze the participation of commodities in Brazilian exports and imports during the period from 2001 to 2015. In order to present theories regarding international trade, bibliographical research and analysis of indicators based on secondary data were applied. Data on imports, exports and GDP variables were collected from Trade Map and World Bank sites. Given Emphasis to indices of revealed comparative advantage analysis and degree of commercial openness to the data surveyed. The results of this research showed that Brazil has a comparative advantage in the models of agricultural and mineral commodities, besides it was evidenced a high participation of these products in Brazilian's economy exports. However, there is still a low degree of commercial openness in the country.

Keywords: Commodities; Export; Import.

J.E.L. Code: F19

¹ Acadêmica do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail: clarafernandes28@hotmail.com

² Acadêmica do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail: annapaula.paiva@yahoo.com.br

³ Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Doutora em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais – CEDPLAR/UFMG. E-mail: lucianacord@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Uma economia agroexportadora como a brasileira gera incertezas em relação ao andamento de seu comércio externo, uma vez que a mesma depende do cenário exterior. Por isso, este artigo busca entender como as commodities, responsáveis pelas maiores parcelas das exportações do país, interferem na economia brasileira, além de comparar valores agregados e suas vantagens comerciais.

No início da década de 2000, o comércio de commodities no Brasil apresentou crescimento devido ao cenário internacional favorável, principalmente, em decorrência do crescimento econômico da China. Que influenciou positivamente a demanda por produtos primários brasileiros. Assim, o tema deste artigo é relevante para compreender as vantagens do comércio desses produtos na balança comercial brasileira, uma vez que são negócios vulneráveis ao contexto externo.

Os objetivos do artigo são: desenvolver uma análise da representatividade das commodities em relação à pauta de exportações e importações do país no período de 2001 a 2015; identificar se o Brasil possui vantagens comparativas na comercialização desses produtos; assim como verificar a abertura do comércio brasileiro durante os anos analisados.

Para o embasamento teórico foram utilizadas referências bibliográficas acerca do comércio internacional entre os países, baseados nos estudos de autores como: Carvalho e Silva (2007), Salvatore (1998) e Prebisch (1949). Os dados relativos aos valores de exportações e importações foram obtidos do *Trade Map* (Mapa do Comércio) e da variável PIB (Produto Interno Bruto) no banco de dados do *World Bank* (Banco Mundial). Após a coleta dos dados, as variáveis foram analisadas pelos indicadores de vantagem comparativa revelada e de grau de abertura comercial, tendo em vista a verificação da intensidade da relação exportação e importação de commodities na economia brasileira.

O presente artigo está dividido em quatro seções. A primeira trata sobre as teorias do comércio internacional e, nesta perspectiva, enquanto as teorias clássicas (embasadas aqui no estudo das vantagens absolutas de Smith e vantagens comparativas de Ricardo) defendem que o termo de trocas entre dois países é favorável para ambos, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), por sua vez, é contrária a essa ideia. A segunda seção aborda a caracterização das commodities brasileiras e sua relação com a pauta de importações e exportações do país. A terceira seção aborda a metodologia usada para a realização da análise aqui exposta. Na quarta seção tem-se a análise dos resultados dos indicadores e, ao final, apresenta-se a conclusão da pesquisa e as considerações acerca dos resultados obtidos.

2 A TEORIA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS

Desde os primórdios, as sociedades buscam acumulação de riquezas. Ao longo dos anos, a troca comercial de excedentes dos produtos produzidos pelas nações passou a ser um importante meio de ampliar a acumulação. Diversos países procuram desenvolver suas vantagens a fim de adquirir maior riqueza, logo, muitas teorias científicas estudam os métodos utilizados pelas mais variadas nações. Nessa perspectiva, esta seção apresentará as teorias clássicas acerca de suas ideias sobre o comércio internacional.

Segundo Carvalho e Silva (2007, p. 4), Adam Smith (1723-1790, Escócia) apresenta críticas ao mercantilismo, pois defende que o comércio entre os países deveria ser benéfico para ambos. De acordo com Feijó (2001, p.151):

Smith critica a concepção de que o comércio exterior só beneficia o país pela entrada de ouro e prata. Afirmo que acumular ouro e prata mais do que o necessário é uma insensatez e que a verdadeira utilidade deles consiste na facilidade que proporcionam na circulação de mercadoria, não representando uma forma de riqueza direta. Smith considera que a verdadeira vantagem do comércio internacional é a possibilidade de se vender a produção excedente que não encontrou procura nos domínios de um país (FEIJÓ, 2001, p.151).

Isso indica que, oposto aos mercantilistas, que consideravam a acumulação das reservas metálicas como riqueza absoluta, Smith apresentava, como mais vantajoso para um país, trocar o produto pelo qual possui vantagem em relação aos custos por outro produto que possui desvantagem, sendo esta uma forma de comércio internacional que beneficia ambos os países. Em complementação, Feijó (2001, p.150) discute que, para Smith, a riqueza de um país é definida pelo volume de bens obtidos pelo mesmo.

Smith apoiava a ideia de livre comércio, posto que os países tenham relação de troca e produzam produtos com o qual tenham vantagem absoluta. Ainda dentro de sua teoria, Smith considerava apenas o trabalho como fator de produção relevante, sendo as horas gastas para produzir determinado item o que definem seu valor (CARVALHO; SILVA, 2007).

A teoria das vantagens absolutas se firma entre o comércio de dois países supondo que uma nação possua vantagem absoluta em relação à produção e comercialização de determinada commodity, ou seja, é mais eficiente para produzi-la e, em compensação, apresente menor eficiência em relação à outra nação em uma segunda commodity. Destarte, será mais proveitoso para as nações se especializarem na produção daquilo que dispõe de vantagem e realizarem a troca entre si (SALVATORE, 1998). A partir disto, um país produzirá a mercadoria com a qual obtenha menores custos e a trocará por outra que almeje, e que seja ineficiente em produzi-la. Assim, alcançando o bem-estar entre os países envolvidos na troca.

Carvalho e Silva (2007, p.7) mencionam que especializar-se na produção de uma mercadoria específica consiste em destinar todo o fator de produção, no caso o trabalho, para produzir o produto com o qual o “fator trabalho” apresente maior produtividade. Em virtude dessa especialização, o país poderá aumentar sua produção promovendo a elevação do consumo em todos, ou em apenas um dos países envolvidos. Assim, a ampliação do consumo do produto gera os ganhos do comércio.

No entanto, conforme afirmam Carvalho e Silva (2007, p. 9), Smith explicou somente uma mínima parcela do comércio internacional, e não esclareceu sobre as “possibilidades de comércio”, pois, caso um país se encontre em situação de pobreza, não dispondo de tecnologia, e não consiga produzir a custos menores em comparação a seu aliado comercial, estaria sujeito a permanecer fora do comércio. Por esse motivo, David Ricardo (1817) apresentou a Teoria das Vantagens Comparativas Relativas como crítica à teoria de Smith, indicando que o custo relativo, definido pela produtividade, possui maior relevância em relação ao custo absoluto, visto que um país que dispusesse de custos maiores para produzir mercadorias permaneceria fora das relações comerciais entre os países.

Salvatore (1998, p. 20) explica que com a Lei das Vantagens Comparativas é possível

observar que o comércio entre os países seja favorável mesmo que um país não possua eficiência em produzir certo item em comparação a outro.

Ainda que um país disponha de vantagem absoluta em dois itens produzidos, para Koshiyama (2008) a vantagem comparativa permite entender que aquele que tem a desvantagem do comércio pode obter resultados favoráveis na troca caso se especialize e exporte o item no qual o seu custo de oportunidade seja maior. Em suma, a vantagem deve ser analisada através do custo de oportunidade diferente do que aquele que Smith considerava, isto é, o custo absoluto, uma vez que o custo de oportunidade estima o quanto é necessário diminuir na produção de determinada mercadoria para acrescentar uma unidade de outra mercadoria.

Na Teoria Ricardiana há somente dois países, dois bens e apenas o trabalho como fator de produção. Assim, para o autor, “a relação entre os preços dos produtos antes do comércio é uma função apenas das quantidades de fatores empregadas na produção de cada item” (BAUMANN, GONÇALVES, 2015).

De acordo com Koshiyama (2008) os países poderão apresentar ganhos de comércio em circunstância de se especializarem no produto em que são, relativamente, eficientes em produzir. O ponto fundamental da teoria é que por meio da especialização e do livre mercado, os países ampliarão a eficiência na produção do bem com o qual se tem vantagem gerando ganhos de escala.

Com a Teoria das Vantagens Comparativas, Ricardo (1817) defendeu que os países que fazem parte da troca comercial terão resultados favoráveis de comércio para os mesmos. Já para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) os resultados não se darão desta forma. Em 1949 a CEPAL lançou um relatório a respeito da América Latina e seu desenvolvimento, no qual analisa que o intercâmbio entre os países não é sempre benéfico para estes.

2.1 Concepções da CEPAL acerca das vantagens comparativas

A Teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo é desmontada por Raul Prebisch, integrante da CEPAL, em seu relatório *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas*. Nele, Prebisch (1949, p. 47) relata que “a realidade está destruindo na América Latina aquele velho esquema de divisão internacional do trabalho que, após haver adquirido grande vigor no século XIX, seguiu prevalecendo, doutrinariamente, até bem pouco tempo”. O autor determina a América Latina como componente da periferia da economia mundial, encarregada da produção de produtos primários para os países industriais.

Segundo Prebisch, a Teoria Ricardiana descreve que o ganho do progresso técnico é partilhado de maneira igualitária entre os países, ou por meio da redução dos preços, ou por meio de um aumento similar dos salários. Logo, o resultado da teoria é que os países periféricos, produtores primários, recebem sua parcela do ganho e, por isso, não é necessário se industrializarem, caso contrário, esses países podem perder as vantagens do comércio de trocas dado que produzem com ineficiência. Porém, para Prebisch, esse princípio da teoria é falho. Ao se considerar apenas os grandes centros, os ganhos são repartidos igualmente, todavia se a teoria abrange os países da periferia econômica mundial ocorre o contrário. Há grande disparidade entre os países, posto que a distribuição dos frutos da produtividade não é proporcional.

Segundo Bielschowsky (2000, p. 22) com referência às ideias de Prebisch:

[...] a estrutura socioeconômica periférica determina um modo próprio de industrializar, introduzir progresso técnico e crescer, e um modo próprio de absorver a força de trabalho e distribuir a renda. Ou seja, em suas características centrais, o processo de crescimento, emprego e distribuição de renda na periferia seria distinto do que ocorre nos países centrais. As diferenças devem ser encontradas no fato de que as economias periféricas possuem uma estrutura pouco diversificada e tecnologicamente heterogênea, que contrasta com o quadro encontrado na situação dos países centrais. Nestes, o aparelho produtivo é diversificado, tem produtividade homogênea ao longo de toda sua extensão e tem mecanismos de criação e difusão tecnológica e de transmissão social de seus frutos inexistentes da periferia (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 22).

A periferia se caracteriza por uma economia pouco dinâmica, exportadora de bens primários e importadores de bens manufaturados, em divergência com a economia dos países centrais, que se comporta de maneira oposta. Deste modo, verifica-se que os países centrais possuem as duas vantagens dos termos de trocas, já que exportam produtos de alto valor agregado e importam, dos países periféricos, produtos de baixo valor agregado.

Prebish (1949) também quebra, por meio da apresentação de dados, a teoria em que todos os países são beneficiados pelo intercâmbio comercial. Fatos apresentados pelo autor, através de documentos da ONU, apontam que de 1870 até 1938, os preços oscilaram continuamente contrários aos produtos primários:

Nos anos 1930, só era possível comprar 63% dos produtos finais da indústria adquiríveis nos anos 1860 com a mesma quantidade de produtos primários; ou seja, necessitavam-se, em média, de 58,6% mais produtos primários para comprar a mesma quantidade de artigos finais da indústria. (PREBISH, 1949, p.55).

Os dados demonstram que houve um rompimento do benefício da relação de trocas entre os produtos primários e manufaturados, constatando que o intercâmbio entre países industrializados e periféricos, na realidade, contribui para o subdesenvolvimento. Enquanto a demanda internacional para produtos primários é baixa a demanda por manufaturados é elevada.

Adicionalmente, Prebish defende a possibilidade da substituição das importações como forma de intensificar o processo de industrialização, pois, considera que países periféricos exportam produtos primários e importam produtos manufaturados, com valor agregado superior ao arrecadado em suas exportações. Conseqüentemente, o balanço de pagamentos apresentaria um déficit no seu resultado final. Além disso, o autor acrescenta que os países periféricos da América Latina dependem da variação na renda nacional dos países centrais, como Estados Unidos e países da Europa. Sendo assim, havendo uma substituição de importações, as trocas comerciais seriam determinadas pela renda dos países centrais, dificultando a substituição (PREBISCH, 1949).

O autor defende ainda a hipótese de que a substituição das importações poderia aumentar a produtividade dos países periféricos. Sendo assim, os agentes econômicos precisam comparar os ganhos de produção com o aumento e os fatores de produção primários, para detectar se o aumento na produção resulta na maior retirada de fatores da mesma, pois, em caso contrário, haveria perda de renda real (PREBISCH, 1949).

Acerca das teorias abordadas sobre o comércio internacional, entende-se que cada uma vem sendo contestada ao longo do tempo. A Teoria das Vantagens Comparativas, que defende

a ideia de que as relações comerciais são benéficas para seus países integrantes, logo é questionada pela CEPAL, que analisa a América Latina como vítima do receituário das vantagens comparativas, ao constatar que, nas relações de troca, os países desenvolvidos conseguirão obter vantagem sobre os subdesenvolvidos, enquanto não houver, nestes, um processo favorável de desenvolvimento industrial.

Após uma síntese das teorias que esboçam o tema e sua problematização, a próxima seção apresenta as caracterizações da produção de commodities no Brasil, tendo em vista a necessidade de avaliar a evolução dessa produção, ao longo do tempo, na economia brasileira.

3 CARACTERIZAÇÃO DAS COMMODITIES E SUA RELAÇÃO COM A PAUTA DE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Esta seção tem a finalidade de demonstrar como a economia brasileira avançou na produção de commodities, caracterizando a composição de sua relação de importações e exportações.

As commodities são produtos primários que não sofrem processos provenientes da indústria. Ainda podem ser consideradas como matérias-primas, pois, também são utilizadas na produção de outros itens. Para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) as commodities “são produzidas em larga escala e comercializadas mundialmente, por diferentes produtores e possuem características uniformes”. As commodities podem ser sub classificadas em commodities agrícolas, se encaixando, neste grupo, a soja, o café e o algodão; commodities minerais como o petróleo, o ouro, o minério de ferro; commodities financeiras, tal como o Real, o Euro, o Dólar; e as commodities ambientais como, por exemplo, a água, a energia e a madeira.

3.1 Relação da economia brasileira com as commodities

A relação das commodities com o Brasil é antiga. Desde a época colonial, o país se tornou um exportador primário. Os principais ciclos econômicos se estabeleceram com base na produção da economia açucareira, a mineira e a cafeeira⁴.

Desde a época colonial (1500-1822) passando pelo período Imperial (1822-1882) até a República Velha (1889-1930), a economia brasileira dependeu quase que exclusivamente do bom desempenho de suas exportações, as quais, durante todo o período, restringiram-se a algumas poucas commodities agrícolas. Esse fato caracterizava o Brasil como uma economia agroexportadora (GREMAUD *et al.*, 2007, p. 341).

A intensificação da exploração agrícola no Brasil se deu com a ocupação portuguesa nas terras americanas, pois estava sendo pressionada por questões políticas, dado que para a Europa a dominação só era efetivada com o povoamento das terras recém-conquistadas. Como os portugueses já possuíam conhecimento e técnicas favoráveis para desenvolver a produção do açúcar, em terras americanas, obtiveram sucesso também no Brasil. Tal produção foi caracterizada por ser uma monocultura que utilizava grandes extensões de terra (latifúndios),

⁴ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 34^a ed. 2007.

mão de obra escrava, e se instaurou na região Nordeste do país (FURTADO, 2007). A economia açucareira perdurou de 1532 até meados do século XVII, a partir do qual o surgimento de concorrentes⁵ levou à decadência dessa economia (PIRES, 2010).

O principal intuito de Portugal frente à colônia era extrair metais preciosos. Segundo as palavras de Pires (2010, p. 16) “entre 1709 e 1721, expedições realizadas desde os primeiros anos do descobrimento finalmente encontraram riquezas minerais no interior da capitania de São Paulo, em sítio posteriormente nomeado região das Minas Gerais”. Conforme Furtado (2007, p. 66), a fase do ouro modificou a estrutura demográfica da colônia e alterou a região econômica que passou a ser a Sudeste. No entanto, no fim do século XVIII, o ouro já se fazia escasso, momento em que se tem o declínio da era da mineração (PIRES, 2010).

As condições para a economia brasileira se desenvolver baseavam-se no aumento das exportações. Com o declínio do açúcar e da mineração, necessitava-se de outro produto para integrar as exportações, além de utilizar-se da terra como fator de produção, pois se tratava de fator de grande abundância. No caso, a exportação do café cresceu muito no século XIX e já representava a maior parcela do volume de exportações do país. Tendo êxito em sua produção, o café apresentava custos e capitalização menores que a economia açucareira, pois se usufruía praticamente da terra como principal fator de produção, com utilização de técnicas mais simples (FURTADO, 2007). Sendo que, de acordo com Pires (2010, p. 29), no período de 1875 e 1880, a exportação do café no Brasil conseguiu alcançar um patamar de produção acima do mundial. Uma vez observada a dependência do país na exportação do café e na importação de bens de consumo, a economia brasileira estava sujeita a sofrer grandes oscilações conforme o contexto internacional.

3.2 A Decadência do setor cafeeiro e o processo de substituição de importações

Devido ao êxito da produção de café no Brasil, principalmente em períodos de contas externas favoráveis, os fundos eram destinados para essa economia (GREMAUD *et al.*, 2007). Porém esses recursos, posteriormente, levariam à superprodução do produto, pois as políticas de valorização do café, como a de manutenção de seu preço no comércio internacional, fomentavam ainda mais a produção interna (PIRES, 2010).

Contudo, com a crise de 1929, a situação do café se tornou insustentável, a produção era grande e o mundo entrou em crise. Conforme Gremaud *et al.* (2007, p. 347), no Brasil, a crise causou o declínio da demanda e do preço do produto. Logo se deflagrou a fragilidade da economia do país diante do cenário mundial.

Segundo Furtado (2007, p. 278) “o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise, passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno”, que o autor denomina de deslocamento do centro dinâmico. De acordo com Gremaud *et al.* (2007, p. 348) “é uma época em que a rentabilidade do país deixará de ser determinada pela demanda internacional e a economia será voltada para dentro, através do consumo e investimento interno”.

Com os preços do café reduzidos no exterior, o Brasil sofreu a diminuição de suas exportações e de sua capacidade de importar. Para conservar a renda e o emprego, o governo

⁵ Durante a ocupação holandesa na colônia, estes aprenderam as técnicas para o cultivo de açúcar e, logo que foram expulsos da colônia, encontram condições favoráveis no Caribe e lá instalaram uma indústria concorrente, o que levou à queda dos preços do açúcar (FURTADO, 2007).

reagiu ampliando o crédito para o consumo do excedente do café. Dessa maneira, impediria o declínio da renda do setor, assim como de outros setores internos (PIRES, 2010). Uma vez que a principal economia do país era do café e os demais setores dependiam dela. Pires (2010, p. 58) relata que, “como a capacidade de importação do país caiu, a demanda foi movida para dentro, o que resultou em uma proteção dos produtos internos em relação aos importados, assim como ficou mais atrativo desviar a produção para o mercado interno”.

Os primeiros sinais da industrialização interna começaram a aparecer a partir da década de 1930. O investimento na indústria tornou-se essencial para a economia do país, ainda que as exportações fossem fundamentais, já que proporcionavam divisas que eram utilizadas na importação de matérias-primas, e destinadas para produzir bens de capital. Dentro dessas circunstâncias ocorreu o então processo de industrialização por substituição de importações⁶, que se caracteriza por ser uma maneira de defesa contra a crise, melhorando a produção local de bens anteriormente importados (PIRES, 2010).

3.3 As exportações e importações das commodities no Brasil

O preço das commodities é estipulado pelo mercado internacional, por isso pode sofrer grandes alterações dependendo do contexto externo. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior “são negociadas no mercado físico para exportação ou no mercado interno e nos mercados derivativos das Bolsas de Valores e contratos futuros”.

O Brasil é um país que se destaca pela produção de commodities. Uma pesquisa feita pela Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 2015, revela que as commodities correspondem a 60 % das exportações brasileiras. Além disso, de acordo com o relatório, o país vem se tornando ainda mais dependente desses produtos.

A relação de importação e exportação constitui como um mecanismo fundamental de comércio entre os países. A importação é a entrada de bens ou serviços estrangeiros em um país e a exportação se caracteriza pela saída de bens ou serviços para outros países. Logo, importação maior que exportação implica em déficit na balança comercial⁷, enquanto que exportação maior que importação resulta em superávit na balança comercial.

A partir dessa conceituação, a importação e a exportação têm um importante papel na economia brasileira. Segundo Prebisch (1949) na sua publicação *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas*, o Brasil é considerado um país subdesenvolvido e, historicamente, dependente das suas exportações, para realizar as trocas comerciais. Porém, tendo em vista a visão “cepalina”, as transações correntes presentes no balanço de pagamentos, constantemente, apresentaram-se de forma deficitária. Pois as importações possuem valores agregados mais altos comparativamente às exportações, considerando o país como produtor de commodities (de baixo valor agregado).

Segundo o relatório da Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo⁸, o Brasil,

⁶ O processo de substituição de importações visa reduzir as importações de um país através da diversificação da indústria.

⁷ Balança comercial é a diferença entre as exportações e importações de bens de um país.

⁸ EVERTON JUNIOR, Antonio. **Síntese da Economia Brasileira 2015**. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Rio de Janeiro: CNC, 2016.

no ano de 2015, teve suas exportações divididas entre produtos básicos (somando US\$ 109,6 bilhões) e semimanufaturados (somando US\$ 29,1 bilhões). Ambos totalizaram pouco mais de 63% da pauta da exportação, enquanto os industrializados foram responsáveis por US\$ 80,2 bilhões, perto de 36% das vendas internacionais.

Em comparação, as maiores importações foram concentradas nos combustíveis e lubrificantes (cerca de US\$ 45,0 bilhões), representando 19,7% dos produtos importados. Além dos: equipamentos mecânicos (com US\$ 31,9 bilhões e participação de 13,9%), equipamentos elétricos e eletrônicos (US\$ 27,0 bilhões, isto é 11,8%), dos automóveis e suas partes (US\$ 19,5 bilhões e participação de 8,5%), e dos produtos químicos orgânicos e inorgânicos (US\$ 12,8 bilhões, representando 5,6% das importações). Através desses dados, pode-se observar a diferença entre os valores recebidos em exportações e o montante necessário para pagamento dos produtos importados.

Segundo a síntese da economia brasileira, publicação anual da Confederação Nacional do Comércio de bens, serviços e turismo dos anos 2010 a 2015, os principais produtos brasileiros exportados são a soja, os minérios, o petróleo e combustíveis, além de material de transporte e carnes. Em relação aos produtos importados pelo país, os que lideram são combustíveis e lubrificantes, seguidos por equipamentos mecânicos, equipamentos elétricos e eletrônicos, automóveis e suas partes e, por fim, os químicos orgânicos e inorgânicos.

A partir dos dados apresentados percebe-se que a maioria dos produtos importados possui maior valor agregado, por ser composta de manufaturados, em relação aos produtos básicos exportados, que tem baixo valor agregado. Contudo, apesar do Brasil exportar commodities, o país também importa produtos dessa categoria.

4 METODOLOGIA DE ANÁLISE EMPÍRICA: indicadores de vantagem e grau de abertura comercial

A metodologia aplicada no presente artigo tem como objetivo propiciar a observação das hipóteses de pesquisa com base nos dados obtidos, com finalidade de alcançar resultados para as indagações presentes no mesmo.

Foram utilizados os dados adquiridos no *Trade Map* que fornece dados mensais, trimestrais e anuais do comércio, do *UN Comtrade* (banco de dados da ONU que contém um repositório de estatísticas oficiais de comércio) e do *World Bank*. Os dados das exportações e importações das commodities agrícolas e minerais originaram-se do *Trade Map*, que possui dados disponíveis para os anos de 2001 a 2015. Os valores agregados estão em moeda norte americana (US\$ - Dólar). Já os dados referentes ao PIB brasileiro foram levantados do *World Bank*.

Posteriormente à obtenção dos dados, foi necessário o agrupamento das commodities especificadas. As commodities agrícolas, neste caso, foram agrupadas por cereais; carnes; sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes e frutos diversos; café, chá, mate e especiarias; açúcar e similares; tabaco e seus substitutos. Por sua vez, as commodities minerais são integradas pelos combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação, matérias betuminosas, mineral; ferro e aço; alumínio e similares; minérios, escórias e cinzas. A análise das variáveis foi feita pelo indicador de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) e pelo indicador do Grau de Abertura (GA) da economia.

4.1 Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR)

A metodologia do IVCR já foi utilizada pelos autores: Waquil *et al.* (2004), Vicente (2005) e Figueiredo e Santos (2005). Em Vicente (2005), a pesquisa analisou as vantagens comparativas do agronegócio brasileiro e paulista, que apresentaram índices crescentes nos períodos analisados entre 1996 e 2003. Com base em Figueiredo e Santos (2005), que fizeram o estudo para os anos de 1990 e 2002, foi constatado que o índice para soja em grãos tem apresentado uma melhora a partir de 1997, devido ao bom desempenho brasileiro no comércio externo desse produto. Conforme Waquil *et al.* (2004), o comércio agrícola brasileiro é relacionado com a União européia e os resultados do índice demonstram que obtiveram valores estáveis ou crescentes ao longo do período de 1991 a 2001.

O cálculo do IVCR elaborado por Balassa (1965) propõe que um país que dispõe da vantagem comparativa na produção de certo item, irá exportá-lo mais proporcionalmente que o restante do mundo. Posto isto, se a participação nas exportações do item “i” do país “j” for superior às exportações do mesmo item no resto mundo, o país “j” terá vantagem comparativa em “i”. O indicador pode ser calculado conforme a equação:

$$VCR = \frac{\left(\frac{x_{ij}}{X_j}\right)}{\left(\frac{x_{iw}}{X_w}\right)} \quad (1)$$

Em que:

x_{ij} representa o valor das exportações do item “i” pelo país “j”;

X_j é o valor das exportações do país “j”;

x_{iw} corresponde ao valor das exportações do item “i” pelo resto do mundo e

X_w é o valor das exportações do mundo.

Neste artigo x_{ij} será o valor de exportações de commodities pelo Brasil, X_j o valor das exportações totais brasileiras, x_{iw} representará o valor das exportações de commodities pelo mundo e X_w o valor total de exportações do mundo.

Conforme esse índice, para o país ter vantagem comparativa revelada no item, é necessário que o resultado seja maior que uma unidade, caso contrário, o país não terá vantagem na produção do bem. O cálculo deste índice, no presente artigo, tem o intuito de analisar se o país, onde as commodities estão presentes em grande parcela das exportações, apresenta vantagem comparativa na produção desses produtos.

4.2 Grau de Abertura Comercial

O grau de abertura comercial corresponde às transações comerciais do país através do somatório das exportações e importações em razão ao PIB. É representado pela seguinte fórmula:

$$GA = \frac{(X + M)}{PIB} \quad (2)$$

Em que:

“X” é o valor das exportações no país;

“M” representa o valor das importações do país e

“PIB” é o Produto Interno Bruto.

Além do grau de abertura total, também foi realizado o grau de abertura para as commodities agrícolas e minerais brasileiras.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES

Esta seção analisa os indicadores de vantagens comparativas reveladas, do grau de abertura, além da participação dos produtos nas exportações e importações brasileiras com as variáveis propostas no artigo.

5.1 Análise das vantagens comparativas reveladas

Para observar a vantagem comparativa do Brasil em relação às commodities agrícolas e minerais, no período de 2001 a 2015, foi utilizada a fórmula do indicador da vantagem comparativa revelada, na qual um valor resultante maior que 1 revela que o país possui vantagem comparativa no bem. O objetivo dessa análise é demonstrar se o Brasil apresenta vantagem nos tipos de commodities citadas em comparação ao resto do mundo.

TABELA 1 - Índice de Vantagens Comparativas Reveladas do Brasil

(Continua)

Ano	Commodities Agrícolas	Commodities Minerais
2001	7.59	1.21
2002	7.67	1.41
2003	8.04	1.36
2004	8.90	1.23
2005	8.99	1.20
2006	9.48	1.20
2007	9.02	1.25
2008	8.41	1.17
2009	9.64	1.39
2010	9.76	1.52
2011	9.28	1.52
2012	9.60	1.40

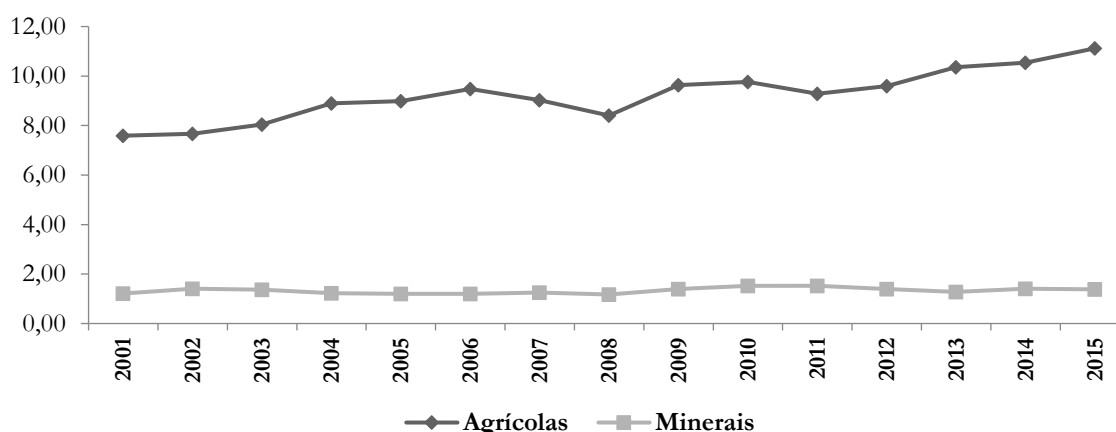
TABELA 1 - Índice de Vantagens Comparativas Reveladas do Brasil

(Conclusão)

Ano	Commodities Agrícolas	Commodities Minerais
2013	10.35	1.28
2014	10.54	1.40
2015	11.12	1.38

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Trade Map, 2017.

Segundo os dados analisados na TABELA 1 e no GRÁFICO 1, o Brasil apresentou vantagem comparativa na exportação tanto das commodities agrícolas quanto das commodities minerais, uma vez que os índices nos anos foram maiores que 1. As commodities agrícolas retrataram um índice alto e, praticamente, crescente durante o período analisado, portanto ocorreu um aumento da especialização desse produto no país. Em relação às commodities minerais, apesar de possuir vantagem, o índice é bem próximo a 1 e não sofreu fortes oscilações de 2001 a 2015, o que mostra que a especialização desse tipo de commodities no Brasil não foi realizada.

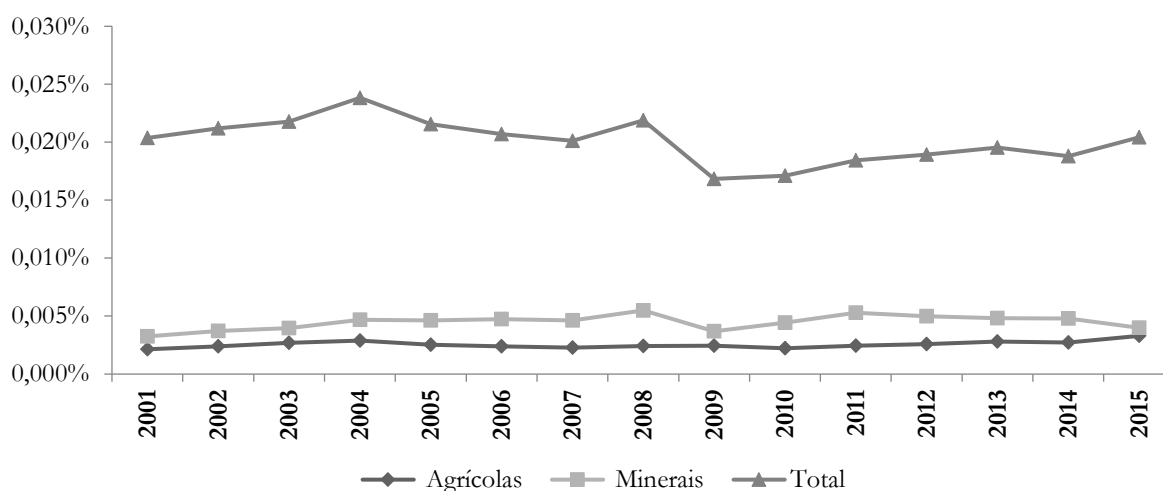
GRÁFICO 1 - Índice de Vantagens Comparativas Reveladas das Commodities no Brasil

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Trade Map, 2017.

O índice observado reafirma a teoria das vantagens comparativas, que demonstra que o país está se especializando em produtos agrícolas, o que se justifica por sua característica climática favorável, o fator terra em abundância e o volume de recursos naturais.

5.2 Análise do grau de abertura brasileiro

O grau de abertura é o índice que ajuda na identificação da relevância da economia nacional perante o comércio exterior. Sua função é medir o peso das relações comerciais com o exterior no total do produto do país. O GRÁFICO 2 analisa o grau de abertura da produção de commodities agrícolas e minerais com o grau de abertura total ao longo do tempo.

GRÁFICO 2 - Grau de Abertura da Produção de Commodities e o Grau de Abertura Total (%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Trade Map e World Bank, 2017.

Segundo os dados, o Brasil apresentou, no período de 2001 a 2015, baixo grau de abertura. O período com maior elevação não chega a 0,03%. A economia brasileira demonstrou ser mais fechada, ou seja, o país ainda possui restrições às trocas comerciais internacionais. O grau de abertura das commodities agrícolas é praticamente estável, enquanto o de commodities minerais tem moderada variação.

5.3 Análise da participação das commodities agrícolas e minerais nas exportações e importações

A partir dos dados apresentados nas TABELAS 2 e 3 verifica-se a participação das commodities agrícolas e minerais nas exportações e importações brasileiras em termo de porcentagem. O intuito é analisar a participação de cada commodity nessa relação comercial. Os GRÁFICOS 3 e 4 mostram a comparação entre importação e exportação de cada produto.

TABELA 2 - Participação nas exportações (%)

(Continua)

Ano	Agrícolas	Minerais	Total
2001	18,02	15,84	33,86
2002	17,62	17,98	35,60
2003	18,04	18,64	36,68
2004	18,61	18,86	37,47
2005	17,95	21,61	39,56
2006	18,09	23,17	41,26
2007	18,44	23,57	42,01
2008	19,27	26,79	46,06
2009	25,29	25,58	50,87

TABELA 2 - Participação nas exportações (%)

(Conclusão)

Ano	Agrícolas	Minerais	Total
2010	23,70	30,82	54,52
2011	23,71	35,00	58,71
2012	24,84	31,68	56,52
2013	26,89	27,71	54,60
2014	27,55	28,61	56,16
2015	29,31	21,15	50,46

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Trade Map, 2017.

A participação das commodities nas exportações, segundo a comparação entre o total de exportações e o valor das commodities agrícolas e minerais nos anos de 2001 a 2015, se mostrou bastante expressiva. Este resultado pode explicar o fato do Brasil ser tratado como país emergente, dado que prevalece, em sua relação comercial, uma forte inclinação à deterioração dos termos de troca, conforme exposto por Prebisch em sua teoria.

Conforme a TABELA 2, as exportações de commodities apresentaram crescimento até o ano de 2011. O crescimento entre os anos 2001 a 2011 é explicado pelo *boom* das commodities que ocorreu devido ao desenvolvimento da economia chinesa que, por sua vez, elevou os preços das commodities e tornou a China um dos principais parceiros comerciais do Brasil. Apesar da crise internacional, em 2008, percebe-se que as exportações continuaram crescendo e, em 2010, deram um salto, principalmente em relação às commodities minerais. A queda, em 2012, pode estar associada à fraca demanda causada pelo desaquecimento da economia chinesa. Em 2015, a redução foi ainda maior devido à queda dos preços das commodities em nível mundial.

TABELA 3 - Participação nas importações (%)

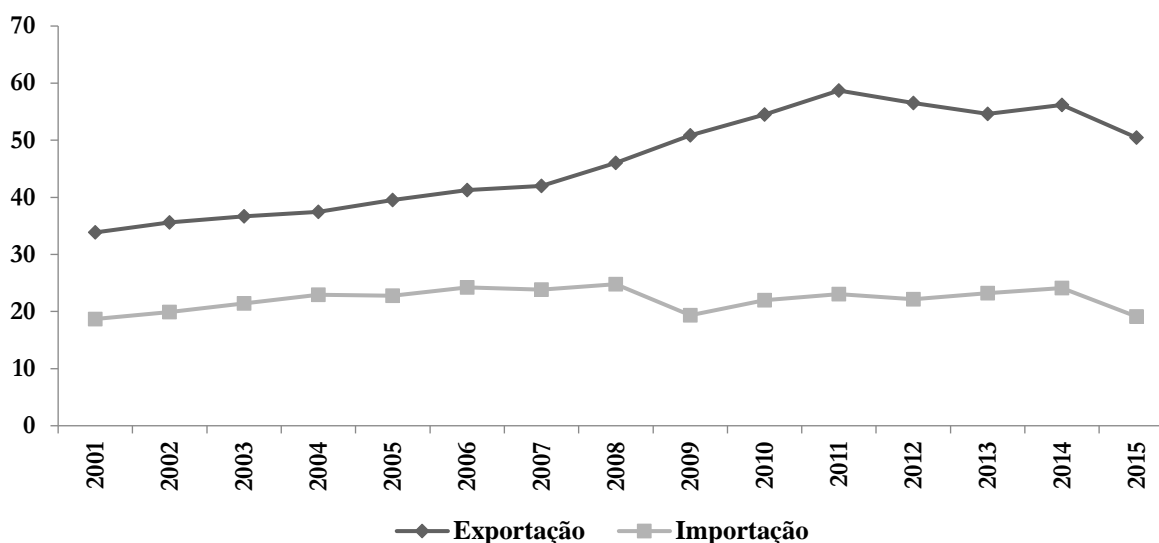
Ano	Agrícolas	Minerais	Total
2001	2.61	16.09	18.70
2002	3.05	16.84	19.89
2003	3.82	17.62	21.44
2004	2.12	20.80	22.92
2005	1.60	21.17	22.77
2006	1.67	22.56	24.23
2007	1.80	22.06	23.86
2008	1.63	23.16	24.79
2009	1.75	17.61	19.36
2010	1.46	20.55	22.01
2011	1.35	21.68	23.03
2012	1.47	20.67	22.14
2013	1.68	21.54	23.22
2014	1.55	22.55	24.10
2015	1.42	17.69	19.11

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Trade Map, 2017.

Considerando as participações das commodities nas importações, é perceptível que o Brasil consegue se sustentar na produção de commodities agrícolas para o próprio mercado interno. Entretanto, as importações de commodities minerais, com valores agregados maiores comparados com os valores das commodities agrícolas, são altamente significativas na quantidade importada equiparado com o valor total das importações nos anos analisados.

A importação de um país está atrelada ao resultado de seu PIB. Na TABELA 3, evidencia-se que as importações dos produtos brasileiros têm maior declínio nos anos de 2009 e 2015, período caracterizado por variação negativa do PIB brasileiro.

GRÁFICO 3 - Participação das commodities agrícolas e minerais nas exportações e importações (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Trade Map, 2017.

O GRÁFICO 3 demonstra a participação das commodities agrícolas e minerais nas exportações e importações brasileiras, tornando mais perceptível o que foi mostrado nas TABELAS 2 e 3. Percebe-se que as exportações são superiores às importações. Portanto, as exportações conseguem ser suficientes para saldar as importações. Corroborando, favoravelmente, com os termos de trocas brasileiros.

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como finalidade estimar a participação das commodities brasileiras entre os anos de 2001 a 2015. Foi constatada a existência de vantagens comparativas que favorecem a produção brasileira de commodities, pois os resultados foram maiores que 1. Todavia, a maior vantagem é observada nas commodities agrícolas, mostrando que o Brasil tem se especializado nesse setor. Logo, nota-se que sua estrutura produtiva é voltada, principalmente, para a produção agrícola. Considerando a pauta de exportações e importações do país foi possível identificar que o Brasil possui vantagens comparativas na comercialização

desses produtos, porém verificou-se que a abertura do comércio brasileiro não é significativa no período observado, apresentando um desempenho, praticamente, estável.

Os resultados obtidos através dos índices calculados indicam que as commodities agrícolas e minerais têm grande participação nas exportações, e a variação da participação desses produtos ocorre em virtude de choques externos evidenciados ao longo do período, como a crise de 2008 da economia norte americana e a queda do PIB da economia chinesa. Entre os fatores determinantes do crescimento das exportações brasileiras, no começo da década 2000, enfatiza-se o aquecimento da demanda internacional. E, a partir de 2012, o cenário externo se torna menos favorável. Em relação às importações, os maiores declínios ocorrem entre os anos de 2009 e 2015, períodos marcados pela variação negativa do PIB brasileiro. Os superávits constatados no saldo entre exportações e importações das commodities brasileiras, devem-se, sobretudo, à sobreposição das contas de exportações dessa relação, favorecendo os termos de trocas comerciais, evitando a sua deterioração.

Portanto, segundo os dados apresentados, conclui-se que as commodities têm alta representatividade nas exportações brasileiras salientando, ainda mais, as vantagens comparativas que o Brasil apresenta na comercialização das mesmas, gerando efeitos positivos para a sua economia. E, conforme as teorias aqui abordadas, evidencia-se que o país apresenta abundância em recursos naturais, resultados que demonstram a relevância da produção de commodities para o desenvolvimento do comércio externo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BAUMANN, R.; GONÇALVES, R. **Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier. 1ª ed. 2015.

BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Exportação: Mercado de Commodities**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/conteudo/id/304>. Acesso em: 02 out. 2016.

CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. **Economia Internacional**. São Paulo: Saraiva. 4ª ed. 2007.

CORAZZA, G. **Teoria Econômica e Estado** (de Quesnay a Keynes). Porto Alegre: FEE, 1985.

EVERTON JUNIOR, A. **Síntese da Economia Brasileira 2015**. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Rio de Janeiro: CNC, 2016.

FEIJÓ, R. **História do Pensamento Econômico: de Lao TSE a Robert Lucas**. São Paulo: Atlas, 2001.

FIGUEIREDO, A. M.; SANTOS, M. L. dos. Evolução das vantagens comparativas do Brasil

no comércio mundial de soja. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, ano 14, v. 4, n. 1, jan./fev./mar. 2005. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/526/pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 34ª ed. 2007.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JÚNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas. 7ª ed. 2007.

KOSHIYAMA, D. B. **Crescimento econômico e comércio externo: teorias e evidências empíricas para o Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Commodities representam 60% das exportações do Brasil, segundo estudo da ONU**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/commodities-representam-60-das-exportacoes-do-brasil-segundo-estudo-da-onu/>> . Acesso em: 19 set. 2016.

PIRES, M. C. **Economia brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

PREBICH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, 1949.

SALVATORE, D. **Economia Internacional**. Rio de Janeiro: LTC. 6ª ed.1998.

VICENTE, J. R. Competitividade do Agronegócio Brasileiro, 1997-2003. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 5-19, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.iaa.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-1-05-1.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

WAQUIL, P. D.; ALVIM, A. M.; SILVA, L. X. da; TRAPP, G. P. Vantagens comparativas reveladas e orientação regional das exportações agrícolas brasileiras para a União Europeia. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 137-160, 2004. Disponível em: <<http://www.revistarea.ufv.br/index.php/rea/article/view/31/33>>. Acesso em: 14 abr. 2017.